



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

PROCESSO	10315.722114/2019-32
ACÓRDÃO	1102-002.163 – 1ª SEÇÃO/1ª CÂMARA/2ª TURMA ORDINÁRIA
SESSÃO DE	28 de agosto de 2026
RECURSO	VOLUNTÁRIO
RECORRENTE	VEREDA COMERC DISTRIBUIDOR DE VEICULOS E MAQUINAS LTDA
INTERESSADO	FAZENDA NACIONAL

Assunto: Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ

Ano-calendário: 2015

PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. CONTENCIOSO DE PEQUENO VALOR. JULGAMENTO MONOCRÁTICO. LIMITE DE ALÇADA. CRÉDITO TRIBUTÁRIO SUPERIOR A SESENTA SALÁRIOS-MÍNIMOS. INCOMPETÊNCIA. NULIDADE.

O julgamento monocrático no âmbito das Turmas Recursais das Delegacias de Julgamento restringe-se aos processos cujo lançamento ou controvérsia não supere sessenta salários-mínimos, considerado o valor do salário-mínimo vigente na data da impugnação. Superado o limite de alçada, é nula a decisão proferida monocraticamente, devendo os autos retornar à Turma Recursal competente para julgamento colegiado.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos.

Acordam os membros do colegiado, por unanimidade de votos, em dar parcial provimento ao recurso voluntário, com o único fim de acolher a preliminar suscitada de ofício pela Relatora, de nulidade da decisão monocrática proferida por julgador componente da 2ª Turma Recursal da DRJ, que não conheceu do recurso voluntário e o remeteu ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, sendo ora determinado que o processo retorne àquela Turma, para que se profira decisão colegiada, restando por ora prejudicada a análise do recurso do contribuinte – nos termos do voto da Relatora.

Assinado Digitalmente

Cristiane Pires McNaughton – Relatora

Assinado Digitalmente

Fernando Beltcher da Silva – Presidente

Participaram da sessão de julgamento os Conselheiros Lizandro Rodrigues de Sousa, Cristiane Pires McNaughton, Cassiano Romulo Soares, Gustavo Schneider Fossati, Gabriel Campelo de Carvalho, Fernando Beltcher da Silva (Presidente).

RELATÓRIO

Trata-se, na origem, de ação fiscal promovida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juazeiro do Norte (TDPF nº 03102002018.00075), que consoante Termo de Ciência de Lançamentos e Encerramento Total do Procedimento Fiscal (fls. 710-711), resultou na lavratura dos autos de infração/processos nº 10315-722.115/2019-87 (PIS/PASEP e COFINS), nº 10315-722.114/2019-32 (IRPJ e CSLL), nº 10315-722.110/2019-54 (multa por omissões incorreções na ECF original de 2015) e nº 10315-722.113/2019-98 (multa por omissões incorreções nas EFD-Contribuições originais do período 01/2015 a 12/2015). O presente processo se refere ao lançamento de ofício de IRPJ e CSLL (auto de infração de fls. 638-661), referente ao período de janeiro a dezembro de 2015, acrescidos de multa de ofício no percentual de 75% e de juros de mora.

De acordo com o Relatório Fiscal de fls. 664-677, no período 01/2015 a 12/2015 o contribuinte recolheu e declarou IRPJ e CSLL em DCTF. Foi intimado a comprovar as despesas gerais e administrativas (conta 5.1.01.03) registradas em sua escrituração contábil no ano-calendário de 2015. Da análise dos documentos, a fiscalização concluiu pela glosa das despesas listadas no anexo I (“Relação de Despesas Glosadas” - fls. 678-696), que totalizam R\$ 295.896,11, resultando no lançamento de ofício das diferenças entre o total devido e o recolhido/declarado em cada trimestre de 2015.

Intimado do auto de infração, o Recorrente apresentou Impugnação às fls. 718-729, sustentando, em síntese:

i) a nulidade por vício insanável do procedimento fiscal emitido por autoridade não competente à sua expedição, eis que não consta dos autos que o auditor fiscal Damião Francisco da Rocha integra o rol de autoridades (ainda que por delegação de competência) enumeradas nos incisos I ao XV do art. 7º da Portaria RFB 6.478/2017;

ii) o excesso no prazo para realização do procedimento fiscal, que de acordo com o art. 11 da Portaria RFB 6.478/2017 é de 120 (cento e vinte) dias, mas que no presente caso perdurou por 292 dias (17/10/2018 a 05/08/2019), havendo, por conseguinte a extinção do TDPF nos moldes do art. 12 da Portaria RFB 6.478/2017;

iii) no mérito, a desconsideração pela fiscalização da prova das despesas, não havendo motivo para a glosa;

iv) o excesso de exigência na multa de ofício de 75%, caracterizando ofensa ao princípio constitucional do não confisco previsto no artigo 150, inciso IV, da CF.

Ao apreciar a defesa do Recorrente, a Delegacia de Julgamento da Receita Federal do Brasil (DRJ08), proferiu a decisão n. 108-000.940 (fls. 767-773) para julgar improcedente a Impugnação. Em síntese, o Julgador Singular entendeu que: i) eventuais falhas quanto a prorrogação do TDPF ou na identificação das autoridades emitentes não causam nulidade no lançamento, pois este constitui atividade administrativa obrigatória e vinculada, não podendo o agente fiscal deixar de efetuar-lo sob pena de responsabilidade funcional; ii) compete ao contribuinte o ônus da prova da dedutibilidade dos custos ou despesas que importaram na formação do lucro bruto, base primária que irá servir, após ajustes contábeis e fiscais, ao cálculo do tributo; iii) subsistindo o lançamento principal, na seara do Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica, igual sorte colhe o lançamento do CSLL, formalizado em legislação que toma por empréstimo a sistemática de apuração daquele; iv) as multas de lançamento de ofício decorrem de expressa determinação legal, sendo vedado à Administração deixar de aplicá-las em face de ofensa, em tese, a disposições ou princípios constitucionais.

Em 12/07/2023, o Recorrente interpôs Recurso Voluntário (fls. 781-795) no qual aduz, em síntese:

i) a nulidade do TDPF, que teria sido expedido por autoridade incompetente, que não consta na lista de autoridades enumeradas nos incisos I ao XI do art. 7º da Portaria RFB nº 6.478/2017;

ii) o excesso no prazo para realização do procedimento fiscal, que se estendeu por um período de 292 dias;

iii) a extinção do TDPF nos moldes do art. 12 da Portaria RFB 6.478/2017;

iv) que o simples fato de haver divergência nas declarações, não é suficiente para que o agente fiscal desconsidere as DCTF's apresentadas pela empresa;

v) que é incabível a glosa de despesas com itens anexados em ambulâncias, tendo em vista que estas são necessárias, usuais e normais à atividade do Recorrente;

vi) a impossibilidade de aplicação de multa de ofício.

É o relatório.

VOTO

Conselheira **Cristiane Pires McNaughton**, Relatora.

1 Admissibilidade

O Recurso Voluntário é tempestivo e atende aos demais requisitos legais para sua admissibilidade. Portanto, o conheço.

2 Da decisão de primeira instância proferida monocraticamente

Embora a matéria não tenha sido suscitada pela Recorrente, a competência da autoridade julgadora constitui pressuposto de validade do ato decisório e, por conseguinte, questão de ordem pública, passível de conhecimento de ofício.

No caso concreto, a Decisão nº 108-000.939 foi proferida monocraticamente, sob o rito aplicável ao contencioso administrativo fiscal de pequeno valor.

A Portaria MF nº 20, de 17 de fevereiro de 2023, reserva o julgamento monocrático às controvérsias enquadradas no limite de alçada correspondente a sessenta salários-mínimos. Por sua vez, nos termos do art. 25 da Portaria RFB nº 309/2023, para fins de determinação desse limite deve ser considerado o valor do salário-mínimo vigente na data da apresentação da impugnação.

No presente caso, a impugnação foi apresentada em 04/09/2019, quando o salário-mínimo correspondia a R\$ 998,00. Consequentemente, o limite de sessenta salários-mínimos aplicável ao processo era de R\$ 59.880,00.

Ocorre que o crédito tributário objeto destes autos alcançava, já em seus valores originários, o montante de R\$ 71.510,92, portanto superior ao limite de alçada aplicável. E isso independentemente de eventual consideração conjunta dos lançamentos correlatos.

A inadequação do enquadramento do processo no rito de pequeno valor, ademais, veio a ser posteriormente reconhecida pela própria 2ª Turma Recursal, que determinou a desmarcação do correspondente indicador.

Tem-se, portanto, que a decisão recorrida foi proferida monocraticamente em processo que, em razão do valor da controvérsia, deveria ter sido submetido a julgamento colegiado.

Não se trata de mera irregularidade formal destituída de consequências processuais. A observância das regras de competência e da composição do órgão julgador integra o devido processo administrativo e constitui pressuposto de validade da decisão. A submissão da controvérsia a julgador singular, quando a disciplina normativa exigia pronunciamento colegiado, subtraiu da Recorrente o julgamento pela instância administrativa na composição legalmente prevista.

Configurado, assim, vício de competência na prolação da decisão, impõe-se o reconhecimento de sua nulidade, nos termos do art. 59 do Decreto nº 70.235/1972, com a restituição dos autos à instância competente para que seja realizado o julgamento colegiado.

Reconhecida a nulidade, fica prejudicado, neste momento processual, o exame das demais matérias veiculadas no recurso.

3 Dispositivo

Diante do exposto, voto por dar parcial provimento ao Recurso Voluntário para, de ofício, declarar a nulidade da decisão monocrática proferida no âmbito da 2ª Turma Recursal da DRJ, que deixou de conhecer do recurso e determinou a remessa dos autos ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, determinando-se o retorno do processo àquela Turma Recursal para que seja proferida decisão colegiada, ficando prejudicado, por ora, o exame das demais matérias suscitadas pela Recorrente.

Assinado Digitalmente

Cristiane Pires McNaughton